

CONSTITUINTE

Impasse pode adiar as diretas

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Se o mandato do presidente José Sarney não for definido nas disposições transitórias da futura Constituição, o mais provável é que a sua duração seja de cinco anos.

No entanto, para que a hipótese se concretize existem algumas condições. No projeto constitucional, o mandato do presidente José Sarney está fixado em quatro anos. A manutenção ou não desse período será decidida quando da votação do artigo 4 das disposições transitórias. Caberá aos constituintes manter os

quatro ou aprovar os cinco anos, conforme estabelece a emenda apresentada pelo deputado Matue Iensen.

Contudo, não está descartada a possibilidade de esse artigo não ser apreciado, devido à ocorrência do chamado "buraco negro". O buraco existe quando nenhuma das propostas sobre a matéria recebe 280 votos contra ou a favor. Abre-se, então, prazo de até 48 horas para que o relator ou a maioria absoluta dos constituintes apresentem um texto alternativo. Se nem assim houver uma decisão da maioria dos constituintes, a matéria não constará do texto constitucional.

Não havendo regra, abrem-se dois caminhos, que partem de pontos diferentes, para a definição do mandato: dar a José Sarney o mesmo que a seus sucessores, isto é, cinco anos, ou optar pela norma da Constituição vigente, que estabelece seis anos.

Na opinião de um ministro do Supremo Tribunal Federal, as duas hipóteses são válidas e seriam examinadas caso levadas àquela corte.

Juridicamente, poder-se-ia defender cinco anos de acordo com a tese de que a Constituição como lei suprema do País tem vigência imediata revogando as normas contrárias a ela. Como o projeto estabelece que o mandato presidencial é de cinco anos, ao entrar em vigor revogaria a disposição da Constituição atual.

A outra interpretação é de que a Constituição pode alterar regras para o futuro, não alcançando os fatos passados. Daí porque manter para o presidente José Sarney seis anos de mandato.

O ministro do STF lembra, porém, que na prática a defesa dos seis anos dificilmente se concretizará, porque o próprio presidente da República já abriu mão publicamente de um ano de mandato.

Da mesma opinião do ministro compartilha o sena-

dor Virgílio Távora (PDS-CE). O senador cearense argumenta que o projeto constitucional fixou em cinco anos o mandato presidencial. A exceção está prevista nas disposições

transitórias. Se sobre ela não houver deliberação, deve-se adotar para o mandato do atual presidente a regra estabelecida no corpo permanente, ou seja, cinco anos.

Aureliano Chaves aposta no mandato de 5 anos

por Milton Wells
do Recife

O titular do Ministério das Minas e Energia, Aureliano Chaves, declarou na sexta-feira, no Recife, que o País terá um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Disse que não há razão para discriminar o presidente e uma vez que foram definidos cinco anos nas disposições permanentes da Constituição, Sarney, como consequência, deverá ter o mesmo período de governo.

Aureliano rechaçou versões segundo as quais os constituintes se submetem a pressões por parte dos militares e disse que uma vitória com uma diferença de mais de 130 votos é indiscutível, não podendo haver nenhuma dúvida quanto à consciência da decisão. "Tomou-se uma decisão afinada com o sentimento médio do povo brasileiro que é presidencialista", disse o ministro. "Não

posso dizer que a tendência pelos cinco anos seja irreversível, mas será difícil deixar de se consagrar esse tempo de mandato para Sarney." A uma pergunta sobre a promessa do presidente eleito Tancredo Neves pelo mandato de quatro anos, Aureliano respondeu: "Eu nunca ouvi isso de Tancredo. O que havia era o reconhecimento de que seis anos seria um tempo muito longo".

O ministro, que esteve no Recife para assinar contratos de financiamento com a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), teve um encontro breve com o governador Miguel Arraes no Palácio do Campo das Princesas. Na oportunidade, segundo Aureliano, os dois chegaram à conclusão de que este é o momento de pensar-se o Brasil. "Devemos resolver os problemas econômicos e sociais do País, independentemente de ideologias."